

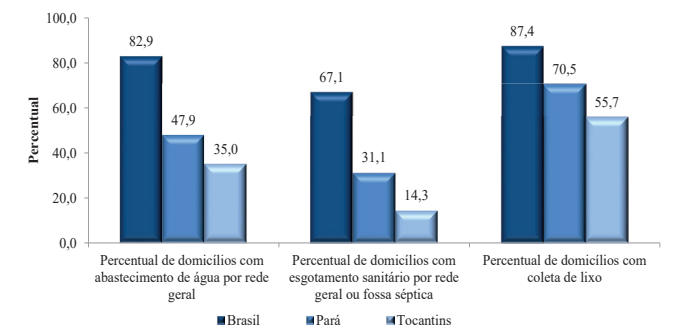
referência para casos de baixa e média complexidade em ortopedia. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 2,45, inferior à do Pará, de 2,55. Analisando-se a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a taxa da RI (1,20) também foi menor em comparação à taxa estadual (2,03).

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tocantins, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,0% dos domicílios, de 14,3% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e de 55,7% com coleta de lixo. Portanto, a cobertura dos três serviços era menor na região do que no estado do Pará, no ano em questão, com destaque para a de esgotamento sanitário, que não cobria nem 15% do total de domicílios na região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável “Fora RMB”, que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue, na tabela abaixo, os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também.

Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2019, estava presente em sete dos onze municípios da RI Tocantins (Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia), segundo informações do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	35,59	4,72	54,52
RI Tocantins	13,58	1,31	32,13
Abaetetuba	13,06	-	-
Acará	-	-	26,98
Baião	60,49	-	63,23
Barcarena	22,12	5,52	64,16
Cametá	-	-	-
Igarapé-Miri	7,18	-	-
Limoeiro do Ajuru	19,11	-	-
Mocajuba	27,94	14,45	-
Moju	3,90	-	60,75
Oeiras do Pará	15,16	-	39,98
Tailândia	13,18	-	85,26

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Tocantins apresentava um percentual menor, de, aproximadamente, 13,6% de cobertura desse serviço, sendo Baião e Mocajuba os municípios da região com maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, 60,5% e 27,9%, respectivamente.

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e, na região, este percentual foi de 1,31%, registrando-se apenas dois

municípios com este serviço, Mocajuba e Barcarena, com coberturas de 14,4% e 5,5%, respectivamente. Quanto à coleta de lixo domiciliar, em 2019, 54,5% da população paraense possuía o serviço, sendo que para a região este percentual era de 32,1%, tendo os municípios de Tailândia, Barcarena, Baião e Moju com os maiores contingentes populacionais cobertos pelo serviço, 85,3%, 64,2%, 63,2% e 60,8%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI TOCANTINS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,78	34.676	21,8
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.059	39,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	17.249	49,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.145	3,3
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	2.767	7,9
Total Domicílios	1.859.165		158.865	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era de 423.437 domicílios, correspondente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios, e, na Região de Integração Tocantins, o déficit equivalia a 21,8% do total de domicílios. A componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit estadual e 39,9% do regional. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará e 49% na região Tocantins. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 3,3% na